

## Os Quarenta Anos do Anti-Édipo, Política, Desejo e (sub) Deleuze-Guattarianismo

Hugo Albuquerque

Neste 2012, o Anti-Édipo completa seu quadragésimo aniversário. Faz tanto tempo e, ao mesmo tempo, tempo algum desde que ele -- o produto mais fantástico, rebelde e iconoclasta do Maio de 1968 -- veio ao mundo. Gilles Deleuze e Félix Guattari tinham um desafio enorme frente ao turbilhão histórico que os atravessava -- e ele foi assumido de um modo genuinamente materialista histórico, não só pela perspectiva que adotada para observar o fenômeno capitalista, mas também, e sobretudo, pelo esforço sem limites ou concessões no sentido de desdobrar “teoria” e “ação”. O texto mantém-se perfeitamente atual, uma vez que a questão da irrupção sem limites do desejo no Maio de 68 apenas expôs o calcanhar de aquiles da filosofia política, isto é, sua incapacidade em lidar com desejo, ou mesmo reconhecê-lo: é necessário ignorá-lo, proibi-lo ou mesmo construir narrativas morais que expliquem suas aparições. Mas há sempre algo que não se encaixa no processo, embora só em determinados momentos históricos, para o bem ou para mal -- ou para além de ambos -- que isso fica claro.

No Brasil, o texto ganhou popularidade crescente nos últimos anos nos meios intelectuais, recebendo até uma nova tradução para o português (DELEUZE e GUATTARI, 2010), o que se explica fatalmente pelo momento histórico em que nos encontramos: há pelo menos dez anos, com o início do governo Lula, dezenas de milhões de pobres foram autorizados a desejar repentinamente, colocando em xeque as certezas que a esquerda radical sempre nutriu -- ou, como agora se sabe, mesmo os da esquerda que deflagrou o processo em andamento --, causando, também, uma reação elitista violenta -- e, logo mais, com a derrota do candidato conservador José Serra em 2010, viu-se a formação de um consenso autoritário em torno de um projeto modernista destinado a pôr “ordem na casa”, liderado pela própria sucessora de Lula, Dilma Rousseff, com o apoio público do ex-presidente. O desejo veio à tona de maneira assombrosa e, nesse sentido, volta-se cada vez mais ao Anti-Édipo, gerando disputas, bons e maus encontros.

É interessante, para começo de conversa, recapitular o que foi essa irrupção desejante nas ruas parisienses vista naquele Maio de 68, manifestada tanto contra a paralisia do gaulismo quanto a caducidade da esquerda comunista francesa -- o que ecoou pelo mundo afora, dos jovens estudantes mexicanos massa-

crados na praça da Tlatelolco, quando protestavam contra o *priismo* às vésperas *Olimpiadas da Paz*, até a revolta generalizada na antiga Tchecoslováquia, catalizada pelo reformismo democratizante de Dubcek contra a velha burocracia aliada da União Soviética e ela mesma: era mais do que um levante simplório contra o capitalismo ou contra a burocracia que se apossou da revolução russa e suas derivações, mas sim uma resposta às amarras profundas que o projeto moderno, em suas variadas manifestações e feições, lançou sobre a humanidade.

No cenário francês, em particular, vivia-se o esplendor da produção intelectual local, que passou a ocupar um incontestável destaque mundial desde o pós-guerra, fazendo surgir fissuras na rigidez racionalista da tradição de seu pensamento. É na esteira desse processo que se produziu em seu meio - tantas - coisas novas, elementos que lhe sobravam, lhe transbordavam e eram irremediavelmente excessivos - um ventre fértil que permitiu, às portas dos anos 60, o nascimento de uma intelectualidade clandestina, não-alinhada e selvagem, que, camuflada de acadêmicos, pulou os muros das universidades e, assim, profanou o edifício sacro do Iluminismo. Mas ela se mantinha *à espreita*, afiando suas unhas...ainda não era o momento oportuno.

Essa intelectualidade clandestina veio do advento do estruturalismo, da antropologia de Lévi-Strauss, das reflexões cheias de vida sobre o marxismo, do desenvolvimento da psicanálise com Lacan e de tantas outras coisas: mas o que fecundou esse ventre vinha de fora, das ruas, das multidões, da história - de suas ironias e contingências - da libido que estava por aí. Seus rebentos sabiam que havia o Édipo, que não estavam fora disso, mas que havia uma enorme tarefa pela frente...

É nesse contexto que está, entre outros, Gilles Deleuze, um professor de história da filosofia com seus chapéus peculiares, suas unhas gigantescas e sua tuberculose, esgueirando-se pelas esquinas, falando de Nietzsche, de Spinoza e de Bergson - *ou pior*, de Hume e seu empirismo - enquanto ninguém mais falava deles. E também é aí que aparece Pierre-Félix Guattari, um médico, que variava da clínica e seu lacanianismo inicial até o marxismo militante, inquieto sempre com complexidade da problemática da qual tratava, essa incômoda e misteriosa coextensividade entre o campo social e o psíquico.

Pois bem, é do *bom encontro* entre os dois, em meio à ebulição de 68, que nasce o Anti-Édipo, um *livro de combate* por excelência. Como bem observa Bruno Cava<sup>49</sup>, é possível pensar rapidamente em livros que inspiraram o Maio

---

49 Cf. CAVA, Bruno. O Anti-Édipo. Post de 1º de Junho de 2012 do blog Quadrado dos Loucos, disponível em: <<http://www.quadradodosloucos.com.br/3020/o-anti-edipo/>>. Último aces-

de 68 -- como *Eros e a Civilização* (Marcuse, 1955), a *Sociedade do Espetáculo* (Debord, 1967), *Os Condenados da Terra* (Fanon, 1961) ou *A Arte de Viver para as Novas Gerações* (Vaneigem, 1967) -- mas, certamente, quando fazemos referência a um produto seu, é o Anti-Édipo a referência necessária. E por *livro de combate* entendemos um *antilivro*, o antônimo e, ao mesmo tempo, o antagonista do *Livro* - no sentido que tomamos na tradição Ocidental, algo que tem lá suas raízes judaico-cristãs, mas está (bem) presente na Heláde e, é óbvio, devidamente inserido no projeto platônico. Livro total e totalizante como a *Politheia*...

Tanto é que, como bem escreveu Michel Foucault em um de seus mais belos escritos, o magnífico *Introdução à Vida não-Fascista* (FOUCAULT, 2011), ler o Anti-Édipo como alguma espécie de nova e grandiosa referência teórica:

*(...)seria um erro de leitura (vocês sabem, essa famosa teoria que se nos costuma anunciar: essa que vai englobar tudo, essa que é absolutamente totalizante e tranquilizadora, essa, nos afirmam, 'que tanto precisamos' nesta época de dispersão e de especialização, onde a 'esperança desapareceu').*

A melhor maneira de lê-lo, considera ainda Foucault, é “*abordá-lo como uma ‘arte’, no sentido em que se fala de ‘arte erótica’, por exemplo*”. Nada mais preciso. A crítica generosa e sensível de Foucault atingia o ponto certo: nem Deleuze, tampouco Guattari estavam interessados em iluminar quem quer seja com uma Obra, ou formar uma Escola - *a exemplo dos lacanianos* -, um credo, uma ortodoxia ou uma heterodoxia, ou criar uma nova velha escolástica - coisa da qual eles escapavam e confrontavam (ou confrontavam escapando, afinal, *pode ser que eu fuja, mas ao longo da minha fuga, busco uma arma* -- como será dito logo mais em *Mil Platôs*<sup>50</sup>). Mas o que realmente importa nessa conversa toda, não é

---

so em 26/08/12:”Quando se pensa no Maio de 68 europeu, logo vêm à mente alguns livros. Geralmente, lembramos de *Eros e civilização* (1955), de Marcuse, ou *A sociedade do espetáculo* (1967), de Debord; às vezes de *Os condenados da Terra* (1961), de Fanon; ou talvez *A arte de viver para as novas gerações* (1967), de Raoul Vaneigem. Cânones de seu tempo, foram livros que ficaram registrados como inspiradores da geração, frequentemente citados em retrospectivas, documentários e memórias. O anti-Édipo veio depois da grande turbulência, em 1972. O primeiro da série de livros resultado das núpcias intelectuais entre um filósofo e um médico, daí por diante amados e odiados pelo binômio Deleuze-Guattari.

50 Cf. DELEUZE & GUATTARI, Félix. *Capitalismo e Esquizofrenia 2: Mil Platôs Vol 3*. São Paulo, Ed. 34: 2010, p. 72-73: E até mesmo a História é forçada a passar por isso, mais do que por “cortes significantes”. A cada momento, o que foge em uma sociedade? É nas linhas de fuga que se inventam armas novas, para opô-las às armas pesadas do Estado, e “pode ser que eu fuja, mas ao longo da minha fuga, busco uma arma”. Nas linhas de fuga os nômades varriam tudo

questão de qual apropriação podemos ou não fazer do Anti-Édipo, mas sim que ele foi feito para ser *desapropriado* e manejado na realidade das lutas materiais.

Uma vez livro de combate, o Anti-Édipo coloca-se em um campo de batalha. Ele não faz inimigos, pois não há espaço para a entificação do poder, para a pessoalização da luta, ele faz *diferente*: possui adversários, antagonistas cujo confronto iminente se justifica pela sua iconoclastia libertadora. Nesse sentido, ele busca reaver o elo há tanto perdido entre polêmica e guerra; se a polêmica era a arte de guerrear para os gregos antigos, digamos que o Anti-Édipo é polêmico e guerreiro, ou melhor, que ele devolve ao polêmico aquilo que ele tinha de guerreiro, e perdeu quando lhe castraram, e dá ao guerreiro aquilo que há de polêmico, quando ontologizaram a guerra (talvez não por mera coincidência cronológica) na era da subsunção real do capitalismo -- como expõe tão bem Toni Negri e Michael Hardt (2001, p. 41). Nesse sentido, como o próprio Foucault avalia, com precisão, os três grandes adversários do Anti-Édipo:

*1) Os ascetas políticos, os militantes sombrios, os terroristas da teoria, esses que gostariam de preservar a ordem pura da política e do discurso político. Os burocratas da revolução e os funcionários da verdade.*

*2) Os lastimáveis técnicos do desejo - os psicanalistas e os semiólogos que registram cada signo e cada sintoma, e que gostariam de reduzir a organização múltipla do desejo à lei binária da estrutura e da falta.*

*3) Enfim, o inimigo maior; o adversário estratégico (embora a oposição do Anti-Édipo a seus outros inimigos constituam mais um engajamento político): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas -, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora*

A luta do Anti-Édipo é a própria luta do Maio de 68, ou melhor, a luta que veio ao lume naquele momento e que é, por sinal, a questão definitiva desde que o contemporâneo emerge com o nascimento da Modernidade -- no momento que ela

---

à sua passagem, e encontravam armas novas que deixavam o Faraó estupefacto. De todas as linhas que distinguimos, pode ser que um mesmo grupo ou um mesmo indivíduo as apresentem ao mesmo tempo. Contudo, de modo mais freqüente, um grupo, um indivíduo funciona ele mesmo como linha de fuga; ele a cria mais do que a segue, ele mesmo é a arma viva que ele forja, mais do que se apropria dela. As linhas de fuga são realidades; são muito perigosas para as sociedades, embora estas não possam passar sem elas, e às vezes as preparem.

se faz real -- durante a Revolução Francesa. O que está em jogo, os adversários -- que não são poucos nem pouco poderosos -- são os *veridict(ad)ores* que se apoderaram do movimento revolucionário internacional -- na China, na União Soviética e mesmo na França, onde o PCF se colocou do mesmo lado das barricadas que os gaulistas --, os novos padres, os padres sem batinas e “modernos” cujas tecnologia de operar o desejo promovendo toda a sorte de recalque -- *curando a loucura para manter a insanidade*, quando disse o próprio Deleuze em outra oportunidade<sup>51</sup> -- e o fascismo real, a sombra por trás do fascismo histórico mas que lhe é muito superior e lhe foi, com efeito, posterior.

É contra o projeto da modernidade que o Anti-Édipo se bate, seu avanço e as buscas de saídas por dentro do moderno (na qual a termidorização acaba se tornando quase uma contiguidade da derrubada da ordem), bem como tentativas reacionárias de se voltar contra ele pela reterritorialização -- o neossoberanismo de um Samir Amin, por exemplo --; é preciso, pois, fugir, escapar à dominação em termos práticos e operar algo como aquilo que Spinoza fez em relação à teologia séculos antes, isto é, ele não só a expulsou do pensamento como não deixou os padres retornarem mais sob outras vestes -- e é isso que Deleuze e Guattari fazem aqui, quando não se preocupam apenas com os padres vestidos de batina e com seus belos confessionários, mas também com aqueles que vestidos com bata branca e com seus moderníssimos divãs. Sua exigência insurgente sem concessões é a de faz a liberdade aqui-agora, atualmente, no onde e no quando elas podem existir.

As questões, voltando à leitura de Foucault, mudam. A bem da verdade, é operado um giro copernicano na ciência da revolução. Já não é mais o caso de nos perguntarmos sobre como nos tornarmos o militante revolucionário, como se isso significasse, automaticamente, estarmos livres do destino desditoso da reprodução -- inercial ou não -- das práticas de opressão tradicionais. Não, a questão é outra: podemos muito bem, enquanto militantes revolucionários, nos tornarmos simultaneamente fascistas perfeitos e acabados. Portanto, o ponto passa a ser como evitar isso. Não há identidade entre ser militante revolucionário e ser libertário ou libertador; para tanto é preciso agir como, tornar prático o que é dito, desapropriar a ideia contida ali: e o processo tem implicações metalinguísticas; uma vez *ars*, o Anti-Édipo é intervenção criativa (e viva) no meio, de tal sorte não interessou em momento algum a Deleuze e Guattari que alguém venha a ser

---

51 “Guattari não cessa de reivindicar direitos a um ponto de vista metafísico ou transcendental que consiste em purgar a loucura da doença mental e não o inverso” (do próprio Deleuze, *Três Problemas de Grupo*, publicado como Prefácio de *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de uma análise institucional* (GUATTARI, 2004 [1974], p.16).

exegeta da obra, mas que ela seja *incorporada* (não metaforicamente) e deflagre, assim, um devir libertador.

Nesse sentido, voltemos àquilo em torno do qual as coisas gravitam no Anti-Édipo: *o desejo ele mesmo*. Se Spinoza, em sua *Ética*, postula que se há alguma coisa que se possa chamar de essência humana, ela é o desejo<sup>52</sup>, Deleuze e Guattari concordam plenamente com essa assertiva e o Anti-Édipo trata disso: nós desejamos, as massas não foram enganadas, elas desejam, não raro, contra si mesmas -- como Reich redescobre ainda que explique isso por meio de uma bipartição entre “economia libidinal” e a “economia política”. Apesar da incapacidade de Reich em resolver a questão de forma ontologicamente unívoca, sua proposta é o fio da meada que ajudará Deleuze e Guattari a realizarem sua missão iconoclasta em relação ao pensamento de esquerda hegemônico -- sim, mesmo que consideremos a abertura marxista para além de si mesmo, a esquerda esqueceu a lição de Spinoza, tudo se tornou uma questão de *ter consciência, inserir consciência* na massa, o afeto desapareceu soterrado por toneladas e mais toneladas de anos de filosofia da consciência, *mesmo sob o materialismo*.

O problema disso está, justamente, no seu desdobramento histórico-prático: os fascistas, ao contrário, jamais estiveram presos a essa armadilha, sempre souberam a importância do simbólico e do desejo e, assim, ganharam a disputa com braçadas de vantagem no Ocidente -- mas talvez seja pior o que houve no Leste, onde a Revolução, afinal de contas, restou vitoriosa, mas não demorou muito para se ver o desespero do movimento comunista vitorioso em relação à multidão que ele mesmo libertou do Tzar; de repente, as narrativas *bolsheviks* que exaltavam a os trabalhadores precisavam ser repaginadas, uma vez que agora aqueles se tornavam um problema, muitas vezes um entrave ao andamento da Revolução; não há nada de imoral nesse processo, não há motivo para se falar em Revolução traída (como é recorrente na literatura trotskysta), mas sim a constatação de que o projeto leninista não comportou o desejo: a exemplo de todo projeto platônico, o desejo terminou por ser um invisível evidente -- como o deus de Victor Hugo -- que, no entanto, jamais entrou na equação e talvez por isso ela não tenha fechado, o que explica a atitude desesperada, desastrosa e violenta de Stalin em realizar o comunismo à *fôrceps*.

---

52 “O Desejo é a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção qualquer de si própria, a agir de alguma maneira” (SPINOZA, 2007, p. 237).

Assim, Deleuze e Guattari passam distante das críticas -- e revisões -- variadas do desastre Stalinista -- e do colapso do Socialismo “Real” que precedeu o Anti-Édipo, embora já estivesse ali --, que ainda nutrem algum gosto pela filosofia da consciência -- traços de idealismo, reminiscências do transcendente. O fato, a grande heresia spinozana que ambos cometem, é trazer o materialismo para o inconsciente e, assim, desdobrar a relação entre o homem e o mundo; se as descobertas de Freud são de grande valia, é preciso ir, como se foi, além. Nem a História como a narrativa do homem condicionado apenas às externalidades, tampouco o homem como ser desejante, referido a um inconsciente que apenas representa: a coextensividade entre campo psíquico e social só é possível *porque o inconsciente produz*, e ao produzir temos temos uma só produção, uma só economia que é libidinal e política ao mesmo tempo. A *do*bra que há entre o homem e o mundo é real enquanto dobra: a resolução ontológica unívoca, imanente e selvagem do velho polidor de lentes da Holanda é trazida à baila de forma extrema.

É nesse sentido que podemos afirmar o Anti-Édipo como um livro apaixonado pelo real, ou como dirão os próprios autores no texto:

*Se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente (p. 43).*

A rigor, “o ser objetivo do desejo é o real em si mesmo” assim como as necessidades terminam por derivar do desejo – e não contrário –, logo a falta – a grande reminiscência idealista e transcendente presente na psicanálise, sobretudo em Lacan – é “(...)um contrafeito do desejo, depositada, arrumada, vacuolizada no real natural e social” (AE, p. 44). Dessa forma, o que esté em jogo não é a impossibilidade de existência de uma falta – como se os pobres não precisassem de coisas –, mas de que não é a falta que deflagra o desejo – quero porque não tenho –, pois assim haveria uma relação automática entre não ter e desejar; o faminto roubaria sempre e o explorado estaria em greve perpétua como no exemplo dado por Reich (AE, p. 46-47).

O movimento revolucionário, frequentemente, desconsiderou isso e buscou em toda sorte de superstições a explicação para tanto. Isso vai da perplexidade pela não adesão dos trabalhadores europeus ocidentais à Revolução Russa -- pior, ainda, sua rápida adesão às trincheiras da Primeira Grande Guerra para confrontar até a morte seus confrades de outras nacionalidades -- até mesmo ao catastrofismo

radical e sádico, que vê na possibilidade de uma quebra geral do sistema, deixando uma multidão de famélicos e desvalidos, como forma de se conquistar a Revolução -- como se o problema da social-democracia fosse dar esmolas em troca da “passividade” dos trabalhadores, sendo o caso de deixa-los experimentarem o “acirramento das contradições”, as piores agruras do capitalismo, para que se movam, para que tomem tino da verdade acessada pelos militantes revolucionários e incompreendida por eles.

Retornando à realidade brasileira, é esse exatamente o problema de parte da esquerda radical, que vê no governo Lula e na alavancagem do consumo dos pobres que ele, afinal de contas, promoveu como a maior ameaça à Revolução já operada. Como se os famintos do Nordeste pudessem ser sujeitos revolucionários de algo -- ou que tenham sido enquanto tais. Talvez, em seu delírio paranoico, os burocratas das pequenas agremiações socialistas que povoam os *campi* das universidades públicas brasileiras -- estatais, a bem da verdade -- sonhassem em usá-los como massa de manobra para sua marcha para a verdade, tal como os políticos de direita já faziam, na prática cotidiana e eleitoral de trocar votos por alimentos e produtos de necessidade básica.

Também no que toca ao Brasil, uma parte da intelectualidade brasileira, que pensa a partir dos mais variados flertes com a ontologia negativa -- por Heidegger, Lacan e tantos outros -- e, ou, da retomada do idealismo, a despeito da crítica da filosofia da imanência, prefere ver no processo atual como um problema em si mesmo<sup>53</sup>. De repente, quase como num passe de mágica, a esquerda repete, a exemplo de seus adversários conservadores, a leitura de que é absurdo a situação atual; se a direita brasileira diz que o mecanismo de cotas esconde um problema histórico de defeito na educação de base -- como se ela tivesse se importado com isso em algum momento, ou se importe agora --, a esquerda não raro repete o mesmo para atestar a insuficiência da medida -- como se uma medida na educação de base pudesse surtir efeito o que eles pensam em uma velocidade razoável (e que os cotistas, eles mesmos, a despeito do mecanismo de promoção, rapidamente não atinjam posições de destaque na universidade).

É quase consenso entre os setores catastrofistas da esquerda, no entanto, que uma vez eliminada certas faltas primordiais -- a carência de alimentos, remédios e demais insumos básicos -- que os pobres se venderam para o capital e a Revolução que já ia mal, agora jamais virá. Como se a falta causasse o desejo. E como se a existência dessa ascensão selvagem da classe sem nome -- cujas ten-

---

53 Como expõe muitíssimo bem Giuseppe Cocco em *Mundobraz: o Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo* (2009), ainda no começo da disputa narrad



tativas de denominação passam por nova classe média, classe c, subproletariado, consumitariado etc. – pudesse ser o reino do próprio capital e a potência revolucionária desse formidável tumulto se confundisse com a captura que se opera sobre ele neste exato momento – qual seja, liquefazer o tumulto pela redução de todos não à pobreza, mas ao caldo incolor, insípido e inodoro da classe média via “modernização” como acredita Dilma e fez Lula e o campo majoritário petista acreditarem.

Torna-se preferível resumir todas as ambivalências do período Lula, retroativamente, à modernização presente – quase como em uma operação digna da filosofia da história kantiana – e reclamar que a classe sem nome, com o nome que preferirem lhe dar no momento, se resume ao tecnobrega, aos cultos evangélicos e as telenovelas em vez de se agenciar com ela – afinal, não são os pobres agentes capazes de nada, exceto uma “multidão organizada” que em termos gerais já foi inventada pelos modernistas, mas que no seu léxico próprio, no qual aparecem como a própria “sociedade civil” ou, antes mesmo dela, dentro da tradição clássica na qual o moderno procura se apoiar, o “povo”. São as paixões tristes novamente em plena operação, operadas pelos setores que em tese serviriam para antagonizar com elas: não se carnaliza o tumulto, ao contrário, busca-se convertê-lo novamente em luto público, agora em relação à revolução (que crê-se) finada.

Na disputa em jogo, partes do mesmíssimo setor pontuam, à maneira de Zizek<sup>54</sup>, a paixão pelo real como o problema sem fim do movimento revolucionário desde o Stalinismo, como se tenha havido, em algum momento, espaço para o real dentro do socialismo real, quando ele próprio reproduzia um *real ideal(izado)* de uma sociedade revolucionária que não existia em parte alguma: e a confrontação contra o real, nos termos do Anti-Édipo, é antes de mais nada, a nova emergência do platonismo pela via do idealismo<sup>55</sup>, cujas consequências implicam na supressão do desejo da narrativa possível, relegando-o a mera sombra no processo no qual ele é protagonista -- basta de desejo se as massas não querem desejar nunca a Revolução!

O crescimento dos salários e do emprego, no Brasil do mesmo período, não deixam de sofrer um ataque parecido pela via da catástrofe ambiental: como se o problema do capitalismo não fosse, justamente, uma escassez -- à qual é

---

54 ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao Deserto do Real!* [Trad. Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

55 E concordando com Zizek em inúmeros pontos, é impossível não citar Badiou, em a Hipótese Comunista (Trad. Mariana Echalar, ed. Boitempo, São Paulo, 2012 [2008]), no qual ele literalmente assume o platonismo e Platão

submetida a multidão -- em meio à superabundância produzida por ela no regime do capital na forma de trabalho. Se Giorgio Agamben foi além no debate sobre a economia em seu *O Reino e a Glória*<sup>56</sup>, relatando o que há de teológico na construção do pensamento econômico -- embora ele mesmo seja de origem aristotélica ou pseudo-aristotélica --, lhe escapa a pontuação clara do mistério -- o problema próprio a questões teológicas -- específico ao capitalismo, que se constitui em uns terem tão pouco em meio à abundância que eles próprios produzem, uma dobra entre capital e trabalho, a forma na qual capitalismo cinde a produção, que se prova pela completa ausência de fundamento em tratar aquilo que é fruto da renda, do lucro e do salário como se fossem grandezas da mesma ordem -- embora expressas, convenientemente, na mesma métrica monetária, como enfatizam Deleuze e Guattari na altura da página 303 do *Anti-Édipo*:

*Deveriam [os capitalistas e seus economistas] antes concluir que o teimam em esconder, a saber, que o dinheiro que entra no bolso assalariado não é o mesmo que se inscreve no balanço de uma empresa.*

Em outras palavras, o aumento da importância do ganho salarial em relação ao ganho do capital -- lucro e renda -- não é um processo que simplesmente trouxe *o mesmo* tipo de coisa mais para cá do para lá, mas que houve uma potencialização de cá em relação a lá, dada a diferença ontológica entre salários e ganhos do capital: uma vez fortalecidos os trabalhadores -- e os pobres não proletarizados por meio de programas como o Bolsa Família --, a capacidade do capital em seu regime ditar a organização e a velocidade da produção diminui, inclusive porque a superabundância passa a pode ser atacada com o aumento, por parte dos trabalhadores, da capacidade de intervir nos rumos da produção -- e é ingênuo pensar que o aumento do consumo dos mais pobres é causa, ela mesma, da destruição ambiental, cujo início é a própria colonização destas terras, a invenção do Brasil pelos portugueses, e não dez anos nos quais além de viverem uma bonança econômica, os mais pobres foram autorizados a tanto. Fosse essa assertiva verdadeira, a destruição ambiental teria começado agora...

A leitura que Deleuze e Guattari extraem de Nietzsche e inserem com precisão no campo da economia para discutir o capitalismo financeiro, no que toca pontualmente à dívida infinita é fundamental para a compreensão do que vivemos no Brasil de hoje, onde a dívida externa foi recomprada pelos bancos

---

56 AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória* [trad. Selvino J. Assmann]. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

nacionais, o que permite a capilarização do sistema creditício: ao contrário da esquerda radical que prefere fazer um cálculo insuficiente, que considera apenas aquilo pago pelo Estado para o sistema financeiro na rolagem da dívida -- desconsiderando que o que ele gasta é apenas a diferença entre o aplicado na manutenção da dívida e aquilo que ele emite em virtude disso -- como se a questão fosse, novamente, moral -- “olhem quanto esse governo gasta com juros da dívida!” --, o Anti-Édipo nos fornece instrumentos que nos permitem perceber que o buraco é mais embaixo, a problemática é, na verdade, de como a economia creditícia magnificamente erguida em uma cessão de crédito de níveis monumentais -- da banca internacional para a nacional, mediante a expectativa de que o Estado honrará com o ônus da dívida -- pode atrelar a vida de todos; pensar o capitalismo como dívida infinita é unir Marx e Nietzsche, quando o movimento comunista sempre procurou mantê-los apartados, e fazer o que há de mais rebelde e iconoclasta funcionar junto -- para não cair na denúncia de usura tão medieval, que nunca jamais foi uma crítica à dívida infinita, mas sim da mortalização do poder de endividar, que deveria ser, afinal, monopólio de Deus.

Mas mais do que nos fornecer dados que nos permitem dissuadir esses sofismas recorrentes, o Anti-Édipo nos permite sentir e pensar a política para além das paixões tristes que hoje, mais do que nunca, se fazem impôr, tiranicamente, na política. A solução não é o moderno, mas certamente não é ser contra o projeto posto -- aqui, a título de exemplificação -- que automaticamente tornará alguém como emancipador; ninguém personifica a tirania -- nem o inverso --, ela está, inclusive e, sobretudo, dentro de nós mesmos. Tampouco será alguma *resistência* que parta dos limites do mundo -- em um catastrofismo social e ambiental que é tanto mais escatológico do que ecológico -- que gerará algo, uma vez tão pouco fecunda que tende a, ela mesma, terminar como mera *desistência*.

Se as disputas, mesmo no campo da intelectualidade de esquerda “libertária” -- ou como queira se chamar -- apontam, é que o Anti-Édipo é atualíssimo no nosso aqui-agora, mas o Édipo não é você, eu, ele ou *Ela*, mas sim o nexo da decodificação capitalista e sua axiomática inclemente e incessante. Tampouco é o caso de medir deleuzianismos, disputar citações, é preciso devir (sub)Deleuze e Guattari no sentido que é sub o subcomandante Marcos na guerrilha zapatista do Chiapas: pelo bem bem de não converter a luta em pasmaceiras identitárias, a começar por si mesmo e o personalismo, advogar por um Deleuze e um Guattari de minoria. Quarenta anos depois, o Anti-Édipo continua selvagem, capaz de gerar dissensos e servir como a arma que podemos apanhar na nossa fuga, mesmo aqui, nos confins do Império.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória* [trad. Selvino J. Assmann]. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

BADIOU, Alain. *Hipótese Comunista* [Trad. Mariana Echalar]. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012

CAVA, Bruno. blog o Quadrado dos Loucos, disponível em: <[www.quadradosloucos.com.br](http://www.quadradosloucos.com.br)>, acessado pela última vez em 26/08/2012

COCCO, Giuseppe. *Mundobraz: o Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e Esquizofrenia 2: Mil Platôs Vol 3*. São Paulo, Ed. 34: 2010, p. 72-73

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Esquizofrenia 2: Mil Platôs Vol 3*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Anti-Édipo*. [Trad. Luiz B. L. Orlandi]. São Paulo, Ed. 34, 1ª Edição: 2010.

FOUCAULT, Michel. *Introdução à Vida não Fascista*. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://desmontadordeverdades.blogspot.com.br/2011/11/introducao-vida-nao-fascista.html/>. Acessado em: 26/08/12.

GUATTARI, Félix. *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de uma análise institucional* [Trad de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves]. Ideias & Letras, Aparecida-SP: 2004 [1974]),

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império* [trad. Clóvis Marques]. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

SPINOZA, Baruch. *Ética (edição bilingue Latim-Português)* [Trad. Tomaz Tadeu]. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007, 3ª edição.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao Deserto do Real!* [Trad. Paulo Cezar Castanheira]. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.